



Seu País

O cerco a Bumlai

LAVA JATO O empréstimo no Banco Schahin reacende até o caso Celso Daniel

POR HENRIQUE BEIRANGÊ



EM SEU PRIMEIRO depoimento público após a prisão, o pecuarista José Carlos Bumlai negou aos deputados federais da CPI do BNDES o uso de suas relações com o ex-presidente Lula para fechar negócios ou traficar influência. O empresário respondeu a pouquíssimas perguntas dos parlamentares, passou quase o tempo todo calado e justificou-se: a estratégia do silêncio foi adotada para preservar os argumentos de sua defesa no âmbito da Operação Lava Jato.

A força-tarefa continua, porém, empenhada em provar que o pecuarista tinha trânsito livre no Palácio do Planalto durante os dois mandatos de Lula e agia em nome do Partido dos Trabalhadores. Os investigadores tentam agora relacionar um suposto financiamento de fachada tomado por Bumlai no Banco Schahin com a morte de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André. Em delação premiada, Salim Schahin afirmou que um empréstimo de 12 milhões de reais foi simulado para esconder um repasse ao PT. O pecuarista nega ter servido de laranja na

Silêncio. O pecuarista quase nada falou no depoimento à CPI do BNDES

operação. O dinheiro, disse, teria sido usado na compra de uma fazenda.

O elo com a morte de Celso Daniel estaria em afirmações de 2012 do publicitário Marcos Valério de Souza, logo após a sua condenação no chamado “mensalão”. À época, Marcos Valério tentou negociar com a Procuradoria-Geral da República uma delação premiada e assim reduzir sua pena. Para estimular o





Ministério Público a aceitar o acordo, teria denunciado um estranho pedido de Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT. O dirigente petista, disse o condenado, buscava dinheiro para supostamente calar chantagistas que ameaçavam envolver figuras de proa do partido, entre elas o ex-ministro José Dirceu, na morte do ex-prefeito. Segundo o publicitário, Pereira teria dito que a chantagem partiu de Ronan Maria Pinto, empresário da área de transporte e um dos acusados de tramar a morte de Celso Daniel.

Ainda de acordo com Marcos Valério, Ronan Pinto teria recebido 6 milhões de reais para ficar em silêncio. A origem do dinheiro seria o tal empréstimo do Banco Schahin a Bumlai. O documento que comprova a transação bancária, um contrato de mútuo, espécie de financiamento pessoal, foi encontrado em março do ano passado no escritório de Meire Poza, contadora do dileiro Alberto Youssef. Poza será ouvida nos próximos dias pela Polícia Federal.

A contadora está sumida há ao menos dois meses. “Arroz de festa” no início das investigações, ela quase não atende mais os jornalistas e raramente entra em contato com os advogados. Segundo familiares, Meire Poza estaria assustada com a suposta relação entre o contrato apreendido em seu escritório e a morte do ex-prefeito. A contadora é mais uma incógnita da Operação Lava Jato. Ela ainda detém muitas informações a respeito das negociatas comandadas por Youssef e não entende o motivo de ter se tornado uma figura secundária nas investigações. Cons-

A força-tarefa apura se parte do dinheiro serviu para calar uma testemunha do assassinato

ta que, antes do início das operações, em março do ano passado, ela se tornara íntima de delegados e procuradores da força-tarefa.

Segundo integrantes do Ministério Público, Poza esteve não faz muito tempo na Procuradoria-Geral para uma conversa informal. A contadora teria dito sentir-se prejudicada por não receber os benefícios da delação premiada e ter perdido quase todo o patrimônio ao longo deste um ano e meio de investigações. A contadora teria sido convidada a ir à PGR após ameaçar expor informações que indicariam o uso ilegal de documentos apreendidos em seu escritório, gravações clandestinas das quais

teria participado e até mesmo o fato de parlamentares terem sido investigados sem consentimento do Supremo Tribunal Federal, ainda no início de 2014.

Poza teria em mãos provas dessas irregularidades, o que despertou temores em delegados e procuradores. Nesse clima de incertezas e por conta do receio de identificação de ilegalidades pelas defesas dos advogados dos réus, o que poderia atrapalhar o ritmo do processo e estimular eventuais pedidos de nulidade, a operação corre contra o tempo para encontrar novidades antes do início do recesso do Judiciário, marcado para a sexta-feira 18.

No mais, a apuração sobre a extensão da influência de Bumlai no governo Lula continua incipiente. O empresário integra desde 2008 o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de aconselhamento da Presidência da República criado por Lula, como mostra um crachá apreendido na última fase da Lava Jato. Era mais um em dezenas de conselheiros, entre eles empresários como Abílio Diniz, Luiza Helena Trajano e Jorge Gerdau. A PF recolheu ainda diversas fotos do pecuarista em companhia do ex-presidente. Para os investigadores, esses indícios reforçam a hipótese de que o empresário tinha trânsito no governo, mas estão longe de constituir provas de tráfico de influência.

Bumlai foi preso por seu suposto envolvimento na intermediação de um negócio entre a Petrobras e a Schahin Engenharia. A empresa teria sido agraciada com um contrato de 1,3 bilhão de reais na estatal. Em troca, o banco do grupo teria perdoado uma dívida de 60 milhões do PT, contraída para financiar campanhas eleitorais. Segundo outro delator, Fernando Soares, o Baiano, o pecuarista teria participado das negociações com a Schahin ao lado de João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do partido. •



Meire Poza. A contadora guardaria segredos do início da Lava Jato

